



TRABALHO DO PEDAGOGO NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

PEDAGOGIST'S WORK IN THE ASSOCIATION OF PARENTS AND FRIENDS OF THE EXCEPTIONAL

Danyelle Silva dos SANTOS
Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS (Campus Araguatins).
E-mail: danydwe18@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1012-5575>

Henna Gilsa Pereira BARROS
Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS (Campus Araguatins).
E-mail: henna.gp@unitins.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8731-3888>

RESUMO

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma organização que visa prevenir, tratar e apoiar pessoas com deficiências, buscando melhorar sua qualidade de vida e promover a inclusão social. A pesquisa tem como objetivo abordar o papel do pedagogo dentro da APAE, analisando suas atividades de intervenção, seu papel e competências. Esta é uma pesquisa qualitativa, básica, descritiva e bibliográfica, realizada a partir de artigos selecionados aleatoriamente em revistas especializadas, livros, monografias e capítulos, assim como na biblioteca virtual da Unitins. O referencial teórico está ancorado em trabalhos de Oliveira (2017), Meletti (2008), Cassol; Bondezan (2016), Tibola (2001), Regis *et al.*, (2018) e o Decreto Nº3.298 (Brasil, 1999). A história da educação inclusiva no Brasil destaca a importância de associações como a APAE na promoção dos direitos das pessoas com deficiência. O pedagogo desempenha um papel central na educação inclusiva, personalizando o ensino, colaborando com professores e promovendo práticas inclusivas. A Lei Brasileira de Inclusão é um marco legal, mas o combate ao preconceito e a adaptação da infraestrutura são necessários para uma inclusão efetiva. O pedagogo também contribui para projetos pedagógicos e planos de trabalho, considerando as necessidades dos alunos com deficiência.

Palavras-chave: APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Educação inclusiva. Pedagogo.

ABSTRACT

The Association of Parents and Friends of Disabled People (APAE) is an organization that aims to prevent, treat and support people with disabilities, seeking to improve their quality of life and promote social inclusion. The research focuses on the role of the pedagogue within APAE, analyzing their intervention activities, their role and competencies. This is a qualitative, basic, descriptive and bibliographical research, carried out based on articles randomly selected from specialized magazines, books, monographs and chapters, as well as in the Unitins virtual library. The theoretical framework is anchored in works by Oliveira (2017), Meletti (2008), Cassol; Bondezan (2016), Tibola (2001), Regis et al., (2018) and Decree No. 3,298 (Brazil, 1999). The history of inclusive education in Brazil highlights the importance of associations like APAE in promoting the rights of people with disabilities. The pedagogue plays a central role in inclusive education, personalizing teaching, collaborating with teachers and promoting inclusive practices. The Brazilian Inclusion Law is a legal framework, but combating prejudice and adapting infrastructure are necessary for effective inclusion. The pedagogue also contributes to pedagogical projects and work plans, considering the needs of students with disabilities.

Keywords: APAE. Inclusive education. Pedagogue.

INTRODUÇÃO

"Tudo tem seu tempo, tenha paciência. Deus sabe o que é melhor para você. Suporte o processo e você viverá o propósito, agente firme e não perca a fé".

(Autor desconhecido).

O pedagogo possui uma ampla variedade quanto a sua atuação profissional, pois busca sempre avançar no processo educacional. O papel do pedagogo a partir da intervenção intencional inclui planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar funções pertinentes ao setor didático e fora dele. Além dos espaços não escolares, o pedagogo atua na construção de conhecimento e valores, contribuindo com ações sociais para as demandas do processo educacional.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma associação que busca promover a inclusão e o bem-estar de pessoas com deficiência, sejam elas

intelectuais, físicas, múltiplas ou sensoriais. A melhoria da qualidade de vida é um dos principais objetivos da APAE, promovendo a articulação pelos direitos das Pessoa com Deficiência (PCD) pela inclusão social destes.

A escolha da temática se deu pela preocupação com o posicionamento do pedagogo nestes espaços de trabalho fora do contexto escolar. Mesmo com pesquisas já existentes sobre a temática, nota-se a importância de reafirmar e revisar o papel do pedagogo na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), principalmente pela necessidade da discussão de tal pelos profissionais da educação e estudantes.

Além disso, a imersão nesta temática irá ser um subsídio para a comunidade científica e para que outros pesquisadores possam compreender que a prática do pedagogo vai muito além do contexto escolar. O problema de pesquisa deste trabalho é: Quais são atribuições do pedagogo na APAE?

O objetivo deste Trabalho é abordar com base na literatura as funções do pedagogo dentro da APAE. Entre os objetivos específicos, deseja-se, 1) investigar quais as atividades intervencionistas o pedagogo realiza na APAE; 2) Identificar o papel do pedagogo neste espaço ocupacional. 3) Analisar os processos históricos de formação da AAE e as funções pedagógicas.

Esta é uma pesquisa qualitativa, básica, descritiva e bibliográfica, realizada a partir de artigos selecionados aleatoriamente em revistas especializadas, livros, monografias e capítulos, assim como na biblioteca virtual da Unitins. O referencial teórico está ancorado em trabalhos de Oliveira (2017), Meletti (2008), Cassol; Bondezan (2016), Tibola (2001), Regis *et al.*, (2018) e o Decreto Nº3.298 (Brasil, 1999).

METODOLOGIAS

Neste estudo, têm-se como objetivo abordar as atribuições do pedagogo na Associação de Pais e Alunos dos Especiais (APAE) com base na literatura, enfatizando sua importância na associação e destacando as diversas maneiras pelas quais os profissionais da pedagogia podem contribuir para a educação inclusiva.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza básica e descritiva. A revisão bibliográfica é a principal metodologia utilizada, envolvendo um levantamento da bibliografia publicada em livros, revistas, publicações avulsas e mídia impressa. O propósito da revisão bibliográfica é “colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto proporcionar uma

compreensão abrangente do tópico em questão”, baseando-se nas contribuições já existentes na literatura (Lakatos, 2015, p. 44).

Além disso, optou-se pela pesquisa qualitativa, “que inclui a coleta, análise e interpretação dos dados coletados. Esse método permite coleta, análise, interpretação e redação do relatório dos dados coletados [...], a amostragem intencional, a coleta de dados aberto, análise de textos e imagens incluem os procedimentos qualitativos” (Creswell, 2010, p. 21). Em relação à natureza da pesquisa, esta é considerada básica, pois se concentra na aquisição de conhecimento sobre a natureza do fenômeno sem finalidades práticas ou imediatas, buscando proporcionar uma visão atualizada do tema (Jung et al., 2003). Além disso, a pesquisa é descritiva, pois tem o propósito de descrever as características da atuação do pedagogo na APAE, aprofundando-se na temática de maneira objetiva, sem necessariamente buscar explicar os fenômenos (Moresi, 2003).

Na fase de coleta de dados, foram examinados artigos e literatura publicados online ou impressos nos últimos 20 anos (de 2003 a 2023) em língua inglesa ou portuguesa. Os critérios de inclusão abrangem estudos qualitativos e/ou quantitativos que abordem a temática da pesquisa. Além disso, o site do Governo Federal foi consultado para embasar teoricamente as leis e portarias relacionadas aos direitos e deveres das pessoas com deficiência e dos profissionais que atuam na área da pedagogia. Essa metodologia visou a fornecer uma base sólida para a compreensão das funções do pedagogo na APAE, valorizando a importância da inclusão na educação e contribuindo para a discussão sobre o papel desse profissional nesse contexto.

PROCESSOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A história da educação inclusiva no Brasil é uma jornada repleta de desafios e conquistas, moldando o caminho para uma sociedade mais igualitária e inclusiva. Ao longo das décadas, o país tem enfrentado e superado obstáculos, demonstrando uma evolução notável em sua abordagem à educação de pessoas com necessidades especiais. O renomado educador Paulo Freire destacou a importância da inclusão ao afirmar que “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem”. Essa coragem tem sido fundamental para a transformação da educação no Brasil, atendendo às necessidades de todos os estudantes, independentemente de suas capacidades.

O movimento da educação inclusiva no Brasil começou a ganhar força na década de 1980, quando a Constituição de 1988 garantiu a igualdade de direitos e oportunidades para pessoas com deficiência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, em consonância com a Constituição, trouxe avanços significativos na inclusão educacional, confirmando que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. A professora Maria Teresa Eglér Mantoan, uma das principais pesquisadoras da área, ressaltou que "a escola inclusiva é aquela que reconhece e valoriza a diversidade como um direito humano". Essa perspectiva tem sido o alicerce para o desenvolvimento de políticas e práticas inclusivas no sistema.

A história da educação inclusiva no Brasil segundo Ricardo *et al.*, (2018) atravessou diferentes eras significativas. A primeira era remonta ao período em que o continente Sul Americano era habitado exclusivamente por povos indígenas. Nessa época, indivíduos com deficiência eram frequentemente abandonados ou eliminados, considerados como descartáveis e imperfeitos. O infanticídio de bebês nascidos com deficiências era uma prática comum nas comunidades indígenas sul-americanas.

A segunda era teve início com a chegada das civilizações europeias ao continente, marcando o início da colonização ibérica da América do Sul. A influência da cultura portuguesa, especialmente através da Companhia de Jesus, trouxe uma nova interpretação das pessoas com deficiência. Um novo humanismo foi introduzido, considerando as deficiências como resultado da carência alimentar, maus tratos, acidentes de trabalho e mutilações de escravos.

No período imperial após a independência do Brasil, foram criadas várias instituições especiais, como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, o Hospital Juliano Moreira e o Instituto dos Surdos-Mudos. No entanto, o atendimento às pessoas com deficiência era precário e não atendia plenamente às suas necessidades, com discriminação e segregação ainda prevalentes.

A terceira era começou a surgir entre os séculos XVII e XX, quando as pessoas com deficiência passaram a ser institucionalizadas e isoladas em instituições residenciais especiais. Somente no século XX, com o desenvolvimento de escolas e classes educacionais especiais incorporadas às instituições públicas, começou o processo de integração dessas pessoas no sistema de ensino regular (Junior, 2010).

Apenas na segunda metade do século XX e no início do século XXI, na era atual, o paradigma da segregação começou a ser reexaminado. A inclusão da educação especial na política educacional brasileira ocorreu no final dos anos 50 e início dos anos 60, com avanços significativos na Constituição Federal de 1988, que enfatizou a cidadania e a dignidade da pessoa humana como fundamentos da República, promovendo o bem-estar de todos, independentemente de origem, raça, sexo, cor ou idade (Ricardo *et al.*, 2018).

O histórico da educação especial no Brasil apresenta diferentes fases marcadas por instituições pioneiras e mudanças significativas. Inicialmente, destaca-se a criação do Instituto de Meninos Cegos, posteriormente conhecido como Instituto Benjamin Constant, em 1854, por D. Pedro I. Simultaneamente, em 1857, foi fundado o Instituto Imperial de Educação de Surdos, situado no Rio de Janeiro. No início do século XX, o Método Montessori, desenvolvido por Maria Montessori, emergiu como uma abordagem eficaz para trabalhar com deficientes mentais, enfatizando a estimulação sensorio-perceptiva e a autoaprendizagem.

O Método Montessori, reconhecido por seu uso diversificado de materiais didáticos, incluindo blocos, cubos, barras em madeira e objetos coloridos, foi globalmente difundido e permanece aplicado na Educação Pré-Escolar, inclusive para crianças sem deficiência no Brasil. No segundo período, de 1957 a 1993, o atendimento educacional a pessoas com deficiência tornou-se uma responsabilidade nacional do Governo Federal (Brasil, 2002).

Nesse período, foram instituídas campanhas específicas para atender aqueles com deficiência. Contudo, a análise de textos legais e planos educacionais desse período revela a incoerência entre os princípios definidos e as propostas efetivas, indicando a falta de uma política nacional coesa para a educação especial.

Em 1994, A Conferência Mundial sobre Educação de Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade em Salamanca – Espanha teve como fruto uma Declaração que registrou todos os acordos entre 92 países e 25 organizações internacionais: a Declaração de Salamanca. Esse documento defende a inclusão, participação, o gozo e exercício dos direitos humanos como essenciais à dignidade do homem (Castro, 2015, p. 17)

Com base nesses eventos e discussões, o processo inclusivo passou a reconhecer o direito das famílias de matricularem suas crianças em escolas da vizinhança. As

instituições de ensino comum, por sua vez, são obrigadas a fornecer o suporte necessário para garantir a efetiva inclusão, conforme preconizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), Plano Decenal de Educação para Todos, Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, nº 9394/96. O Sistema Nacional de Educação mobilizou-se para capacitar profissionais, fornecer materiais e equipamentos essenciais para a integração de pessoas com deficiência na rede regular de ensino (Castro, 2015).

O termo inclusão passou a ter importância como eixo da política nacional na medida em que integrou os Planos Plurianuais (PPA) do Brasil, a partir do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (2000-2003), que teve como uma diretriz estratégica: “Combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social”. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o termo permanece em seus dois mandatos: no primeiro (2003-2006), o PPA 2004-2007 recebeu o título “Orientação estratégica do governo Um Brasil Para Todos: crescimento sustentável, emprego e inclusão social”. No documento é possível observar afirmações de inclusão social associadas à desconcentração e redistribuição de renda, redução de desigualdades e operação do consumo de massas. No segundo mandato (2007-2010), o PPA 2008-2011 foi intitulado “Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade (Rebelo; Kassab, 2017, p. 59).

Os anos de 2007 e 2008 representam um período significativo na política de educação especial e inclusiva. Nesse período, destacam-se a criação e divulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a promulgação da Lei do Fundeb (Brasil, 2007b), que estabelece diretrizes para a matrícula dupla de alunos com deficiência em classes regulares e serviços de atendimento educacional especializado, e o lançamento do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (Brasil, 2007a).

Durante o governo Temer houve a instituição da Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, “que alterou a Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012, a qual dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino” (Pletsch; Sousa, 2021, p. 3), sendo desarticulado a atualização da Política Nacional de Educação Especial explana durante o governo Dilma Rousseff.

No segundo ano do governo Bolsonaro, durante a pandemia provocada pelo novo “coronavírus” (SARS-CoV-2), declarada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, o governo

federal apresentou no dia 30 de setembro de 2020 o Decreto 10.502, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida. Entre as mais de 200 notas de repúdio e moções criticando o decreto vindas de pesquisadores, associações científicas, organizações de famílias de pessoas com deficiência, associações de pessoas com deficiências, confederação dos trabalhadores na educação, congressistas e setores do Ministério Público Federal (Pletsch; Souza, 2021, p. 3).

O artigo 205º da Constituição Federal destaca o direito de todos à educação, incorporando a responsabilidade do desenvolvimento da pessoa para a cidadania e qualificação profissional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu artigo 58º, reconhece a educação especial como modalidade de educação oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades especiais.

Compreender os valores morais que cercam a condição de deficiência como um fenômeno que deve ser abordado eticamente é essencial para a construção do processo civilizatório neste século XXI. O desafio central reside em unir as dimensões do corpo e da mente, buscando equalizar as oportunidades para as diversas individualidades humanas. Nesse contexto, educadores e pesquisadores desempenham um papel fundamental nesta importante tarefa acadêmica e social.

Objetivos e Criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma instituição emblemática no Brasil, desempenhando um papel crucial na promoção da inclusão e na melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. A história da APAE remonta ao início do século XX, quando um grupo de pais preocupados com o futuro de seus filhos exclusivos decidiu unir esforços para garantir-lhes um atendimento mais adequado (Fiorentin, 2019).

A criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Brasil, que ocorreu em 1954, foi influenciada por um espírito de solidariedade e um desejo de transformar a realidade das pessoas com deficiência. A inspiração veio da APAE dos Estados Unidos e do trabalho pioneiro de Eunice Kennedy Shriver, que fundou os Jogos Mundiais Especiais, evento que mais tarde se tornaria a *Special Olympics*. A missão da APAE brasileira, como afirmada em sua própria declaração, é "promover o bem-estar

e o desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, contribuindo para sua plena inclusão na sociedade" (APAE, 2023, p. 1).

A principal meta da APAE é proporcionar educação de qualidade, assistência social, saúde, e apoio às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, bem como promover a conscientização e a defesa dos direitos dessas pessoas. Ao longo dos anos, a APAE desempenhou um papel fundamental na luta pela inclusão, fornecendo serviços especializados, orientação para famílias e trabalhando em parceria com o poder público para criar políticas inclusivas (APAE, 2023).

As raízes históricas e culturais das pessoas com deficiência sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito. Diante da ineficiência do Estado em promover políticas públicas sociais que garantam a inclusão dessas pessoas, surgem famílias determinadas a quebrar paradigmas e buscar soluções alternativas para que seus filhos com deficiência intelectual ou múltipla alcancem condições de serem incluídos na sociedade, com garantia de direitos como qualquer outro cidadão.

Nesse contexto, emergiram as primeiras associações de familiares e amigos que adotaram uma abordagem mais propositiva em relação às pessoas com esse tipo de deficiência. Enfrentando a falta de atenção do Estado às necessidades de seus membros, essas associações assumiram a missão de educar, oferecer atendimento médico, suprir necessidades básicas de sobrevivência e lutar por seus direitos, com foco na inclusão social. Essa mobilização contou com o apoio de diversos profissionais que, acreditando na causa dessas famílias, conduziram estudos e pesquisas, buscaram informações em organizações semelhantes no exterior e trocaram experiências com pessoas de outras nacionalidades que também enfrentavam a opressão de um sistema capitalista que tendia a marginalizar as pessoas "descapacitadas" (Junior, 2010).

Foi assim que, no Brasil, essa mobilização social começou a oferecer serviços de educação, saúde e assistência social às pessoas que deles necessitavam, em locais que passaram a ser conhecidos como Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), formando uma rede dedicada à promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Atualmente, essa rede abrange mais de 350 mil pessoas com essas deficiências, distribuídas em 2.178 unidades em todo o território nacional. Toda essa mobilização em torno da pessoa com deficiência, impulsionada pela Declaração dos Direitos Humanos, resultou na criação das APAES e, com a

expansão dessa iniciativa em todo o Brasil, consolidou-se como o "Movimento Apaeano" (Brasil, 2006).

O Movimento Apaeano é uma “extensa rede composta por pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras, tanto públicas quanto privadas, que trabalham em prol da promoção e defesa dos direitos” de cidadania das pessoas com deficiência e sua inclusão social. Atualmente, esse movimento reúne a Fenapaes - Federação Nacional das APAES, 24 federações estaduais das APAES e mais de duas mil APAES distribuídas em todo o país, oferecendo atenção integral a mais de 350 mil pessoas com deficiência intelectual e múltipla. É, de fato, o maior movimento social do Brasil e do mundo em sua área de atuação (Brasil, 2019).

A Fenapaes, que significa Federação Nacional das APAES, “é uma organização social sem fins lucrativos. Ela é reconhecida como de utilidade pública federal e certificada como beneficente de assistência social, cultural, assistencial e educacional” (APAE, 2019, p. 1). A Fenapaes é composta por 2.178 APAES e entidades filiadas, que formam a Rede APAE. Sua missão institucional é promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, representando o Movimento perante organismos nacionais e internacionais. “Isso é feito com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas APAES, com foco na inclusão social de seus usuários” (Macedo, 2019, p. 2).

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma organização filantrópica que foi fundada em 1954 “[...] na cidade do Rio de Janeiro, marcada por um modelo de associação que busca se desenvolver como uma rede nacional, que não objetivava, inicialmente, o atendimento direto dessa população” (Meletti, 2008, p. 1).

A associação promove a reabilitação de pessoas com deficiência (PCD), promovendo sua inclusão na sociedade, promovendo o acesso à educação inclusiva, cultura lazer e promoção à saúde. Além disso, defendendo seus direitos. A iniciativa para criação da associação foi devido à luta de profissionais da saúde, da educação e profissionais liberais, ao ver a necessidade de um espaço de inclusão para PCD's.

Segundo o capítulo 3, art. 6, inciso I do decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 199 que regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências, aborda que uma das diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência é:

Estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência; e - adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta Política; III - incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer (Brasil, 1999, p. 2).

A criação da APAE contempla a política nacional para integração da pessoa com deficiência. É fundamental que as APAEs reconheçam a posição que devem assumir diante do atendimento à pessoa com deficiência no Brasil e se estruturarem cada vez mais como entidades de defesa de direitos e de apoio à inclusão social desses indivíduos. Em outras palavras, é importante que elas ajustem a oferta de seus serviços para atender às necessidades atuais da sociedade. “A Rede APAE integra mais de 2.100 unidades distribuídas no país, prestando atendimento integral e integrado ao seu público-alvo em uma ou mais das seguintes áreas: educação, saúde, assistência social e trabalho, emprego e renda” (Oliveira, 2017, p. 26).

A APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) tem como público alvo indivíduos com deficiência múltipla e intelectual, além de suas famílias, prestando suporte nas áreas mencionadas do parágrafo anterior, defendendo a diversidade, e atribuindo suas especificações no modo ensinar e realizar as ações. Além do pedagogo, a APAE também é composta por psicólogos, médicos, nutricionistas, assistentes sociais, equipe de enfermagem, fisioterapeutas e odontólogos.

A Inclusão Como Prática Escolar

A inclusão é um tema que ganhou relevância recentemente, considerando que algumas décadas atrás, as pessoas que necessitavam de métodos especiais de aprendizagem eram frequentemente consideradas inválidas e inúteis tanto para a sociedade como para o mercado de trabalho. A Organização das Nações Unidas (ONU) enfatiza que a formação de pessoas com deficiência deve ocorrer no ambiente da escola regular, mas isso requer a inclusão de adaptações no planejamento, na estrutura administrativa e nas práticas pedagógicas das instituições de ensino, além de melhorias na infraestrutura de acesso.

Os Estados Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) são instados a adotar políticas que reconheçam os direitos das pessoas com deficiência à igualdade de oportunidades na educação. Isso implica que a educação dessas pessoas deve, na medida do possível, ocorrer no sistema escolar geral, com a responsabilidade pela educação incumbindo às autoridades da educação e com leis de educação obrigatória que incluam todas as crianças, inclusive aquelas com deficiências mais graves (Brasil, 2006).

Para alcançar isso, é necessário que o Estado e a sociedade civil trabalhem em conjunto para eliminar práticas discriminatórias e promover a inclusão de pessoas com deficiência em espaços públicos e privados.

A história da educação inclusiva passou por várias fases ao longo dos anos. Inicialmente, as pessoas com deficiência eram excluídas de suas famílias e segregadas em instituições que não ofereciam o suporte necessário. No século XVIII e XIX, surgiu a fase de integração, na qual as pessoas com deficiência foram inseridas em escolas regulares, mas muitas vezes em ambientes sem infraestrutura adequada e sem professores preparados para atender suas necessidades específicas (Mazzota, 1995).

Uma escola verdadeiramente inclusiva, como enfatiza Guimarães, deve qualificar seus professores e outros funcionários, preparando também os alunos sem deficiência para lidar com situações de diversidade. Isso requer um suporte adequado que permita a inclusão efetiva desses alunos.

No entanto, a educação inclusiva enfrenta desafios significativos, como a falta de recursos financeiros, professores não preparados e superlotação das salas de aula no ensino regular. A falta de diálogo entre equipes médicas e pedagógicas também é um obstáculo, assim como a necessidade de adequação da infraestrutura escolar. Além disso, apesar das leis e políticas de inclusão, o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino regular ainda é insuficiente, indicando que a influência da educação inclusiva é limitada (Garcia, 2016).

Em última análise, a educação inclusiva não deve ser apenas um conceito no papel, mas requer esforços conjuntos do governo e da sociedade para superar esses desafios e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas diferenças. Para isso, é essencial que as barreiras para a aprendizagem sejam removidas, os professores estejam preparados para atender às

necessidades individuais dos alunos e que haja um foco na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

A PEDAGOGIA ATUANTE NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE)

A história da pedagogia é atrelada a um processo histórico que vai desde o período colonial quando a educação era voltada a prática religiosa, no império com o surgimento de escolas e formação de professores, até a nova república que está presente até os dias de hoje, que devido ao processo democrático do Brasil após a ditadura militar, foram implementadas políticas públicas para garantir a educação dos brasileiros e a atuação do profissional pedagogo (Braudel, 1955).

Na APAE, o pedagogo realiza um contato mais próximo a educação ao correlacionar este a família e ao estudante, contribuindo para formação de bases sólidas de conhecimentos, promovendo o debate e as ações coletivas, reinventando-se para cada perfil e tipo de especificidade que cada aluno necessite.

Definida a proposta da APAE, cada unidade escolar, mediante todas as discussões e a estrutura metodológica sugerida, deverá elaborar o seu projeto político-pedagógico em consonância com as orientações definidas durante esse percurso. O projeto político-pedagógico da instituição deve compor um conjunto integrado e articulado em que os objetivos, prioridades e metas estejam calcados nos pilares das concepções da educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos e educação profissional (Brasil, 2001, p. 31).

Dentre as atribuições do pedagogo está a realizar uma análise inicial quanto às necessidades de cada aluno, identificando também suas principais habilidades e trabalhando a partir destas observações e conclusões de forma individual com cada aluno promovendo seu desenvolvimento cognitivo, social e motor. Utilizando também diferentes métodos de aprendizagem estimulantes que possam auxiliar no processo de ensino e aprendizagem para os alunos com deficiência intelectual e múltipla.

Com o destaque da figura do pedagogo, surge a necessidade desse profissional concentrar esforços e demonstrar interesse na atividade docente, elaborando propostas pedagógicas e enfrentando os novos desafios colocados pelas novas realidades do mundo contemporâneo como se fosse mais um degrau da formação continuada (Regis *et al.*, 2018, p. 5).

Sobressaindo quanto ao cenário em sala de aula, o pedagogo na APAE participa de capacitações periódicas com intuito de atualizar-se sobre as demandas e melhorar a qualidade do ensino e métodos de acompanhamento das Pessoas com Deficiência (PCD).

O PEDAGOGO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No processo de educação inclusiva, o pedagogo possui papel fundamental para a formação articulava dos trabalhos desenvolvidos no contexto escolar. Garantindo assim a plena execução dos direitos universais da PCD, independentemente de suas ideologias, religiosidade, cor/etnia, características fenotípicas/genotípicas ou necessidades. O pedagogo exerce várias funções, uma destas é realizar a movimentação das tarefas pedagógicas de forma efetiva, se realizar distinção entre os estudantes, enfrentando um dos desafios da educação inclusiva, que é a exclusão e segregação de alunos com deficiências na sala de aula por parte de outros colegas.

O pedagogo desempenha um papel essencial na colaboração com os professores para o desenvolvimento de planos de ensino personalizados para cada aluno. Esses planos são cuidadosamente elaborados e incluem estratégias de ensino adaptadas às necessidades específicas de cada estudante, metas de aprendizado individualizadas e a seleção de materiais didáticos apropriados. O objetivo primordial é assegurar que todos os alunos, independentemente de suas características ou desafios, tenham a oportunidade genuína de atingir seu pleno potencial acadêmico. Dessa forma, a educação torna-se uma experiência verdadeiramente inclusiva e personalizada (Oliveira; Rodrigues, Jesus, 2017).

O pedagogo também exerce um papel crucial no suporte à implementação de práticas inclusivas nas salas de aula. Isso envolve a capacitação dos professores por meio de treinamentos que abordam diferentes estilos de ensino, técnicas de adaptação de materiais e estratégias de gerenciamento de sala de aula. Ao dotar os educadores com as ferramentas necessárias, o pedagogo ajuda a criar ambientes de aprendizado que acolhem a diversidade e promovem a participação ativa de todos os alunos.

Além disso, o pedagogo frequentemente atua como mediador entre a escola, os pais e outros profissionais de apoio, como terapeutas ou fonoaudiólogos. Essa função de mediação e comunicação é fundamental para garantir que todas as partes envolvidas estejam alinhadas e trabalhando em conjunto para atender às necessidades

individuais dos alunos. A colaboração eficaz entre todas as partes interessadas é essencial para o sucesso da educação inclusiva (Freitas, 2020).

O pedagogo desempenha um papel significativo na promoção de uma cultura escolar inclusiva. Isso envolve a sensibilização dos alunos, professores e funcionários da escola sobre a importância da diversidade e da aceitação das diferenças. Eles podem liderar iniciativas educativas e programas que incentivem o respeito mútuo e a valorização da singularidade de cada indivíduo, criando assim um ambiente escolar onde todos se sintam respeitados, incluídos e capazes de aprender e crescer juntos (Oliveira; Rodrigues, Jesus, 2017).

A Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O direito à inclusão escolar trouxe os alunos com deficiência para a escola regular, no entanto, somente sua presença física neste ambiente não garante a inclusão. Atitude de desrespeito e discriminação são resultados da falta de conhecimento. A partir disso, pensar o combate à discriminação de pessoas com deficiência no espaço escolar requer acima de tudo entender que todos os alunos devem encontrar as mesmas oportunidades de formação humana, e que toda a comunidade escolar precisa participar do processo de construção da cultura inclusiva, com ações em que os estudantes e suas famílias possam ouvir e serem ouvidos, transformar e serem transformados de forma emancipadora e democrática. O Pedagogo tem função privilegiada nesse processo (Cassol; Bondezan, 2016, p.9).

O preconceito é evidente no ambiente escolar, e diversos tabus ainda são existentes acerca das Pessoas com Deficiência, portanto é de extrema importância o pedagogo como mediador de situações institucionais deste âmbito. É necessário a comunicação entre os setores educacionais, permitindo a troca de experiências e sugestões, considerando principalmente os alunos com deficiência, fazendo com que o ambiente seja acolhedor e faça com que estes se sintam seguros. “Pensar a organização das práticas pedagógicas sendo mediador do processo de ensino e aprendizagem de forma a garantir a consistência das ações e intenções do fazer pedagógico” (Cassol; Bondezan, 2016, p. 9).

Ou seja, além de trabalhar estratégias para superação do preconceito e desigualdades e a implementação de políticas que incluam as Pessoas com Deficiência,

este também deve construir e articular juntamente com a equipe o Projeto político Pedagógico (PPP) e o Plano de trabalho Docente (PTD), fazendo com que as necessidades de diferentes alunos sejam levadas em pauta.

O docente responsável pela sala tem de manter uma comunicação permanente com esses vários setores e desenvolver estratégias que permitam que ao estudante evoluir” essa evolução se trata tanto de alunos que intitulos normais como os que possuem algum tipo de necessidade especial, além de identificar as barreiras físicas, emocionais e comunicativas propondo diversas alternativas para um resultado positivo. Outro papel fundamental do pedagogo é fazer com que os demais sejam seus parceiros nesse processo, pois além deles aprenderem a conviver com as diversas diferenças existentes eles farão com que o aluno especial sinta-se seguro e acolhido tanto dentro como fora da sala de aula (Andrade; Borges; Carlotto, 2022, p. 1120).

No contexto da educação inclusiva, o papel do docente, especialmente do pedagogo, é de extrema importância, sendo uma peça fundamental na construção de um ambiente educacional que atenda às necessidades de todos os alunos. Este profissional desempenha diversas funções essenciais para promover a inclusão. Em primeiro lugar, é crucial que o docente mantenha uma comunicação constante e eficaz com vários setores da escola, colaborando estreitamente com colegas, pais e outros profissionais, a fim de garantir o apoio adequado aos estudantes.

Além disso, é responsabilidade do docente desenvolver estratégias pedagógicas flexíveis que se adaptem às necessidades individuais de cada aluno, independentemente de serem considerados "normais" ou possuírem necessidades especiais. Neste processo, a responsabilidade do Estado também é inegável, através da implementação de políticas sociais de inclusão. O Estado deve assegurar que as escolas tenham recursos e estrutura adequados para acomodar a diversidade de necessidades dos estudantes, oferecendo treinamento contínuo para os educadores e promovendo a igualdade de oportunidades educacionais. Políticas sociais de inclusão desempenham um papel crucial na garantia de que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas características individuais. Portanto, o compromisso conjunto do docente e do Estado é fundamental para a construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, onde cada aluno possa desenvolver seu potencial ao máximo.

Outra função importante é identificar e superar as barreiras que podem limitar o progresso dos alunos, abrangendo questões físicas, emocionais e comunicativas. Isso

implica em criar um ambiente acessível, promover a inclusão social e emocional, além de estimular a comunicação eficaz entre todos os envolvidos na educação. Além disso, o docente desempenha um papel fundamental na promoção da convivência com a diversidade. Isso envolve não apenas ensinar os alunos a respeitar as diferenças, mas também criar um ambiente onde todos se sintam seguros, aceitos e valorizados. A colaboração com outros profissionais da educação é crucial para garantir que todos os aspectos do desenvolvimento do aluno sejam atendidos de maneira abrangente e integrada.

Em resumo, o docente desempenha um papel multifacetado na educação inclusiva, trabalhando para criar um ambiente que promova o crescimento acadêmico e pessoal de todos os alunos, independentemente de suas características individuais. Essa abordagem não se limita ao aspecto acadêmico, mas se estende ao bem-estar emocional, social e pessoal de cada aluno, dentro e fora da sala de aula.

Existe uma falta de preparo dos professores, que frequentemente alegam não terem sido adequadamente treinados para lidar com a diversidade na sala de aula. Há uma notável desconexão entre o conhecimento teórico adquirido e sua aplicação prática, especialmente no contexto da inclusão escolar. A resistência à metodologia de formação em serviço é evidente, pois os professores muitas vezes esperam uma abordagem mais tradicional e instrucional, não compreendendo completamente a natureza transformadora da educação inclusiva.

O argumento mais frequente dos professores, quando resistem à inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho. Na formação em serviço, os professores reagem inicialmente à metodologia que tenho adotado, porque estão habituados a aprender de maneira fragmentada e essencialmente instrucional. Eles esperam uma preparação para ensinar os alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem e problemas de indisciplina, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico predefinidos às suas salas de aula, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas ditas inclusivas. Grande parte desses profissionais concebe a formação como sendo mais um curso de extensão, de especialização, com uma terminalidade e um certificado que convalida a capacidade de ser um professor inclusivo. Não se trata de uma visão ingênua do que significa ser um professor qualificado para o ensino inclusivo, mas de uma concepção equivocada do que é uma formação em serviço e do que significa a inclusão escolar. Mais uma vez, a imprecisão de conceitos distorce a finalidade de ações que precisam ser concretizadas com

urgência e muita clareza de propósitos, retardando a inclusão (Eglér, 2003, p. 42).

Essa resistência pode ser atribuída à visão limitada do papel do professor, enraizada na expectativa de serem instruídos de maneira semelhante à condução das aulas tradicionais. Além disso, a concepção equivocada sobre a formação em serviço como um curso de extensão ou especialização, centrado em soluções imediatas para problemas pontuais, contribui para a dificuldade na assimilação dos conceitos necessários para uma educação inclusiva (Eglér, 2003).

Eglér (p. 0, 2003) destaca que “a intenção é que os professores sejam capazes de explicar o que antes só sabiam reproduzir a partir do que aprendiam em cursos, oficinas, palestras, exclusivamente”.

Na perspectiva da educação inclusiva, a intenção de capacitar os professores a explicar o que antes reproduziam mecanicamente é ainda mais crucial. A inclusão implica em lidar com uma diversidade significativa de necessidades, habilidades e estilos de aprendizagem entre os alunos. Portanto, a formação dos professores precisa ir além da simples replicação de estratégias e modelos predefinidos. Em um ambiente inclusivo, cada aluno é único, e as abordagens de ensino devem ser flexíveis e adaptáveis. A formação deve capacitar os professores a compreender profundamente as características individuais dos alunos, incluindo aqueles com deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Em vez de depender exclusivamente de modelos padronizados, os professores precisam ser capazes de explicar e adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas de cada aluno.

A autonomia intelectual dos professores desempenha um papel crucial na educação inclusiva, pois eles precisam ser capazes de tomar decisões informadas sobre como melhor apoiar cada aluno em seu processo de aprendizagem. Isso implica uma compreensão profunda não apenas das deficiências e desafios individuais, mas também das estratégias pedagógicas eficazes que promovem a participação ativa e o progresso acadêmico de todos os alunos.

Além disso, a capacidade de explicar vai além da simples transmissão de conhecimento. Os professores inclusivos devem ser comunicadores eficazes, capazes de articular claramente não apenas os conteúdos curriculares, mas também as estratégias de ensino adaptativas que estão empregando. Essa habilidade de explicar é

essencial para criar um ambiente de aprendizado inclusivo e para estabelecer parcerias eficazes com os alunos, colegas e pais.

A crítica aos professores itinerantes é evidente, argumentando que eles podem neutralizar os desafios da inclusão ao oferecerem soluções localizadas, impedindo que os professores enfrentem diretamente suas responsabilidades de ensinar todos os alunos (Eglér, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo a evolução histórica da pedagogia no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, percebemos a influência das políticas públicas e transformações sociais na educação e na atuação do pedagogo. Na Associação de Pais e Alunos dos Especiais (APAE), o pedagogo desempenha um papel central, estabelecendo uma conexão vital entre educação, família e alunos. Sua função envolve a construção de bases sólidas de conhecimento, a promoção de debates e ações coletivas, além de adaptações às necessidades individuais de cada aluno.

Cada unidade da APAE deve criar um projeto político-pedagógico alinhado com diretrizes específicas que abranjam todos os níveis educacionais, da educação infantil à educação profissional. No âmbito da educação inclusiva, o pedagogo exerce uma série de funções essenciais, que vão desde a análise das necessidades e habilidades dos alunos até o desenvolvimento de planos de ensino personalizados. Esses planos incluem estratégias adaptadas, metas de aprendizado individualizadas e a escolha de materiais didáticos apropriados.

A formação dos professores desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva. É preciso superar resistências e preconceitos e reconhecer a necessidade de uma formação que vá além de replicar modelos padronizados. Professores inclusivos precisam compreender profundamente as características individuais dos alunos, adaptando suas práticas pedagógicas de acordo. Isso exige autonomia intelectual e habilidades de comunicação, tanto na transmissão de conhecimento quanto na explicação de estratégias adaptativas.

Os pedagogos e professores itinerantes têm um papel a desempenhar, mas é essencial garantir que eles não neutralizem os desafios da inclusão, permitindo que outros professores enfrentem suas responsabilidades de ensinar todos os alunos. A educação inclusiva é uma jornada que requer esforços colaborativos, comunicação

eficaz e uma abordagem flexível para atender às diversas necessidades dos alunos. Em última análise, o texto destaca o protagonismo do pedagogo na construção de uma educação inclusiva e na promoção da igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de suas características individuais. É um chamado para superar desafios, promover a formação adequada dos professores e criar um ambiente de aprendizado acolhedor e verdadeiramente inclusivo.

REFERÊNCIAS

APAE. **Apresentação**. 2020. Disponível em: <https://cursosapaebrasil.org.br/sessao-2-detalle/255166/institucional>. Acesso em: 19 out. 2023.

APAE. **História da Apae**. 2019. Disponível em: <https://www.apaes.org.br/guarapari/noticias/detalle/historia-apae>. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. APAE. **APAE educadora na escola que buscamos**: proposta orientadora das ações educacionais. Brasília: Federação Nacional das APAEs, 2001. Disponível em: <http://www.eev.com.br/apaeiracatu/APAE%20Educadora.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2023.

BRASIL. CASA CIVIL. **DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999**. 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm#:~:text=DECRETO%20Nº%203.298%2C%20DE%20,proteção%2C%20e%20dá%20outras%20providências. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais** / Organização: Ricardo Lovatto Blattes . - 2. ed. - Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da Educação Básica**. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Apae - Es. **As raízes históricas e culturais do fenômeno "deficiência" sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito**. 2019.

Danyelle Silva dos SANTOS; Henna Gilsa Pereira BARROS. **TRABALHO DO PEDAGOGO NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2023. FLUXO CONTÍNUO - MÊS DE OUTUBRO. Ed. 46. VOL. 03. Págs. 425-447. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

Disponível em: <https://www.apaes.org.br/guarapari/noticias/detalhe/historia-apae>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – versão preliminar**. Brasília, setembro de 2007a. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

BRAUDEL, Fernand. Pedagogia da história. **Revista de História**, v. 11, n. 23, p. 3-21, 1955. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36464>. Acesso em: 10 out. 2023.

CASSOL, Silvana Fátima Copini; BONDEZAN, Andreia Nakamura. **O PAPEL DO PEDAGOGO COMO MEDIADOR DO PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA: Respeitando as diferenças**. Cadernos PDE, v. 1, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unioeste_silvanafatimacopini.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

CASTRO, Fátima Maria de. **O papel da APAE frente à inclusão de estudantes com deficiência na rede pública de ensino em Carinhanha-BA**. 2015. 47 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar)— Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/15423>. Acesso em: 10 out. 2023.

CRESWL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed^o, Porto Alegre: Artmed, 2010.
EGLÉR, MANTOAN Maria Teresa. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?.**— . Editora Moderna, SP, 2003.

FIORENTIN, Daniela Tavares. **A importância da APAE no atendimento dos sujeitos com deficiência intelectual e múltipla do município de São Miguel do Oeste**. 2019. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal)— Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FREITAS, Claudia Rodrigues de. **Docência e inclusão escolar: percursos de formação e de pesquisa**. Marília: ABPEE, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/colegiodeaplicacao/wp-content/uploads/2020/09/docencia-e-inclusao-escolar-4.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

GARCIA, Jane Clarice Severo. **QUAL O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS NA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?** / Jane Clarice Severo Garcia; orientadora, Maria Sylvia

Danyelle Silva dos SANTOS; Henna Gilsa Pereira BARROS. **TRABALHO DO PEDAGOGO NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2023. FLUXO CONTÍNUO – MÊS DE OUTUBRO. Ed. 46. VOL. 03. Págs. 425-447. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

Cardoso Carneiro - Florianópolis, SC, 2016. 59 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/197401>. Acesso em: 22 nov. 2023.

JUNG, Carlos Fernando *et al.* **Metodologia científica**. Ênfase em pesquisa tecnológica, v. 3, n. 41, p. 41, 2003. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3922/material/Metodologia_Cient%C3%ADfica_Carlos%20Fernando%20Jung.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2023.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso em: 10 out. 2023.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez Editora, 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7205843/course/section/6368549/MAZZOTTA%20Cap%202.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

MACEDO, Araciara. **Amapá é o 25º estado brasileiro a implantar federação das APAES**. 2019. Disponível em: https://amapadigital.net/novo/noticia_view.php?id_noticia=126024. Acesso em: 10 out. 2023.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. APAE educadora e a organização do trabalho pedagógico em instituições especiais. **Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**, v. 31, 2008. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/biblioteca/item/apae-educadora-e-organizacao-do-trabalho-pedagogico-em-instituicoes-especiais>>. Acesso em: 13 mai. 2023.

MORESI, Eduardo *et al.* **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, v. 108, n. 24, p. 5, 2003. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/889693-Metodologia-da-pesquisa.html>>. Acesso em: 03 mai. 2023.

OLIVEIRA, Fabiana Maria das Graças Soares. **Documento norteador: educação e ação pedagógica**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://media.apaebrasil.org.br/DOCUMENTO-NORTEADOR-PEDAGOGIA-FINAL-4.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2023.

OLIVEIRA, Ivone Martins; RODRIGUES, David; DE JESUS, Denise Meyrelles. **Formação de professores, práticas pedagógicas e inclusão escolar: perspectivas luso-brasileiras**. EDUFES, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br:8080/bitstream/10/11426/1/Formacao%20de%20profesores%2C%20praticas%20pedagogicas%20e%20inclusao%20escolar.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

PLETSCH, Marcia Denise; DE SOUZA, Flávia Faissal. Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 16, n. 2, p. 1286-1306, 2021. Disponível em:

Danyelle Silva dos SANTOS; Henna Gilsa Pereira BARROS. TRABALHO DO PEDAGOGO NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2023. FLUXO CONTÍNUO – MÊS DE OUTUBRO. Ed. 46. VOL. 03. Págs. 425-447. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15126/11009>.
Acesso em: 25 set. 2023.

REGIS, Juliana Késsia Vieira; SILVEIRA, Emanuelle Alves; QUEIROZ, Késsya Ingrid Rodrigues; NOVAES; Marcos Adriano Barbosa. **Atuação profissional do pedagogo na associação de pais e amigos dos excepcionais (APAE) Em Limoeiro Do Norte-CE.** Anais do VII ENALIC, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enalic/2018/443-21358-25112018-193503.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023.

REBELO, Andressa Santos; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Escolarização dos alunos da educação especial na política de educação inclusiva no Brasil. **Inclusão Social**, v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4079>. Acesso em: 26 set. 2023.

RICARDO, Helena et al. O momento histórico de criação da associação de pais e amigos do especial em ponta porã e sua relação com a história da educação especial no Brasil. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 2, n. 6, p. 34-50, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/7593>. Acesso em: 22 set. 2023.